



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6
1
2
3
4
5
6

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, às 9 horas.

7 **1 – Local e data:** Procuradoria-Geral de Justiça, aos vinte e três dias do mês de
8 fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas.//

9 **2 – Presidência:** Mariléa Campos dos Santos Costa, Procuradora-Geral de
10 Justiça, em exercício.//

11 **3 – Conselheiros presentes:** Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Corregedor Geral do
12 Ministério Público, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Carlos Jorge Avelar
13 Silva e Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf. Ausência justificada da Conselheira
14 Domingas de Jesus Fróz Gomes em sessão no Tribunal de Justiça.//

15 **4 – Discussão e aprovação da Ata da Sessão Ordinária do dia 09/02/2018.**
16 Aprovada por unanimidade.//

17 **5 – Ordem do dia: PAUTA DIGIDOC a) Comunicações de Arquivamentos de**
18 **Processos Administrativos:** 1. Proc. 1846/2018. Promotoria de Justiça
19 Alcântara. PA 24/2017. 2. Proc. 1980/2018. Promotoria de Justiça de Magalhães
20 de Almeida. PA 25/2016. 3. Proc. 2071/2018. Promotoria de Justiça Alcântara.
21 PA 01/2018. 4. Proc. 2072/2018. Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga.
22 PA 13/2017. 5. Proc. 2078/2018. 2ª Promotoria de Justiça de Caxias. PA 3173-
23 254/2017. 6. Proc. 2086/2018. Promotoria de Justiça Alcântara. PA 10/2017. 7.
24 Proc. 2558/2018. 1ª Promotoria de Justiça de Sta Inês. PA 11/2017; SIMP 1989-
25 267/2017. 8. Proc. 2560/2018. 3ª Promotoria de Justiça Timon. PA 05/2017; E
26 1734-252/2017. 9. Proc. 2564/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
27 321-277/2017. 10. Proc. 2565/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
28 634-277/2017. 11. Proc. 2605/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
29 611-277/2017. 12. Proc. 2606/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
30 336-277/2017. 13. Proc. 2607/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
31 290-277/2017. 14. Proc. 2608/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
32 323-277/2017. 15. Proc. 2609/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
33 337-277/2017. 16. Proc. 2610/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
34 633-277/2017. 17. Proc. 2611/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
35 288-277/2017. 18. Proc. 2612/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
36 632-277/2017. 19. Proc. 2613/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
37 609-277/2017. 20. Proc. 2614/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
38 289-277/2017. 21. Proc. 2615/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
39 704-277/2017. 22. Proc. 2616/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
40 308-277/2017. 23. Proc. 2617/2018. Promotoria de Justiça de Vitorino Freire. PA
41 328-277/2017. 24. Proc. 2621/2018. Promotoria de Justiça de Parnarama. PA
42 03/2017. 25. Proc. 2622/2018. Promotoria de Justiça de Parnarama. PA
43 02/2016. 26. Proc. 2624/2018. Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA
44 20/2014. 27. Proc. 2625/2018. Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA
45 06/2016. 28. Proc. 2626/2018. Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA
46 08/2016. 29. Proc. 2627/2018. Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA
47 09/2016. 30. Proc. 2629/2018. Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 10/2016. **31. Proc. 2630/2018.** Promotoria de Justiça de Esperantinópolis. PA
2 11/2016. **32. Proc. 2631/2018.** Promotoria de Justiça de Igarapé-grande. PA
3 55/2016. **33. Proc. 2631/2018.** Promotoria de Justiça de Igarapé-Grande. PA
4 16/2017. Decisão: Foi dado conhecimento ao Conselho Superior dos referidos
5 arquivamento, em cumprimento ao art.12, da Resolução nº 174/2017. **b)**
6 **Prorrogação de Prazo de Inquérito Civil e Proc. Administrativo (1 ano): 34.**
7 **Proc. 1969/2018.** 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha. IC 383-262/2016.
8 Data 18.01.2018. **35. Proc. 1970/2018.** Promotoria de Justiça de Pastos Bons.
9 PA 01/2016. Data 11.01.2018. **36. Proc. 2248/2018.** Promotoria de Justiça de
10 Passagem Franca. IC 08/2016. Data 01.06.2017. **37. Proc. 2251/2018.** 7ª
11 Promotoria de Justiça de Meio-Ambiente. IC 267/2017. Data 09.02.2018. **38.**
12 **Proc. 2379/2018.** 7ª Promotoria de Justiça de Meio-Ambiente. IC 241/2016. Data
13 09.02.2018. **39. Proc. 2380/2018.** 7ª Promotoria de Justiça de Meio-Ambiente.
14 IC 243/2016. Data 09.02.2018. **40. Proc. 2500/2018.** 7ª Promotoria de Justiça de
15 Meio-Ambiente. IC 283/2018. Data 10.02.2018. **41. Proc. 2502/2018.** Promotoria
16 de Justiça de São Bento. PA 36/2016. Data 23.10.2018. **42. Proc. 2550/2018.** 1ª
17 Promotoria de Justiça de Caxias. IC 02/2010. SIMP 1806-254/2015. Data
18 31.01.2018. **43. Proc. 2555/2018.** Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim. PA
19 17/2017. Data 01.02.2018. **44. Proc. 2556/2018.** Promotoria de Justiça de São
20 Domingos do Azeitão. IC 01/2017. Data 01.02.2018. **45. Proc. 2557/2018.** 2ª
21 Promotoria de Justiça de São José de Ribamar. PA 03/2010. Data 03.02.2018.
22 **46. Proc. 2572/2018.** Promotoria de Justiça de Sao Domingos do Azeitão. IC
23 02/2017. Data 01.02.2018. **47. Proc. 2573/2018.** 1ª Promotoria de Justiça de
24 Codó. IC 1197-259/2015. **48. Proc. 2574/2018.** Promotoria de Justiça de Pastos
25 Bons. IC 02/2016. Data 21.01.2018. **49. Proc. 2577/2018.** 3ª PJ de Sta Inês. IC
26 01/2015. **50. Proc. 2578/2018.** 3ª PJ de Sta Inês. IC 02/2015. **51. Proc.**
27 **2581/2018.** 3ª PJ de Sta Inês. IC 01/2016. **52. Proc. 2583/2018.** PJ Governador
28 Eugênio Barros. PA 01/2016. Data 11.01.2018. **53. Proc. 2585/2018.** PJ
29 Governador Eugênio Barros. PA 09/2017. Data 22.02.2018. **54. Proc. 2587/2018.**
30 PJ Governador Eugênio Barros. PA 10/2017. Data 24.02.2018. **55. Proc.**
31 **2589/2018.** PJ Governador Eugênio Barros. PA 02/2017. Data 22.02.2018. **56.**
32 **Proc. 2590/2018.** PJ Governador Eugênio Barros. IC 01/2015. Data 28.01.2018.
33 **57. Proc. 2591/2018.** PJ Pastos Bons. IC 07/2016. Data 04.02.2018. **58. Proc.**
34 **2592/2018.** Promotoria de Justiça de Urbano Santos. IC 05/2017. Data
35 24.02.2018. Decisão: Foi dado ciência da prorrogação de prazo dos Inquéritos
36 Cíveis assinalados, em cumprimento ao art. 9º, da Resolução nº 23/2007-CNMP.
37 **c) Esclarecimentos sobre prorrogações de prazo. 59. Proc. 11334/2017.**
38 Promotoria de Justiça de Coroatá. PA 1/2011. **60. Proc. 11335/2017.** Promotoria
39 de Justiça de Coroatá. PA 1/2010. Decisão: Procedida a leitura das justificativas
40 de excesso de prazo, aguardando o encerramento dos procedimentos. **d)**
41 **Relatórios Trimestrais de Atividades (remessa ao Conselho Superior) 61.**
42 Proc. 1954/2018. PJ de Sucupira do Norte (Janeiro). 62. Proc. 2073/2018. 31ª PJ
43 Esp. São Luís (Nov. a Janeiro). 63. Proc. 2074/2018. 1ª PJ Esp. Fundações
44 (Nov. a Janeiro). 64. Proc. 2501/2018. PJ de São Bento (Nov. a Janeiro). 65.
45 Proc. 2593/2018. 1ª PJ de Açailândia (Janeiro). 66. Proc. 2594/2018. PJ de
46 Magalhães de Almeida (Janeiro). 67. Proc. 2597/2018. 1ª PJ de Chapadinha
47 (Janeiro). 68. Proc. 2599/2018. PJ de São João Batista (Janeiro). 69. Proc.

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6
1 2619/2018. 30ª PJ Esp. São Luís (Janeiro). 70. Proc. 2620/2018. 1ª PJ de
2 Caxias (Fevereiro). Decisão: Todos os relatórios foram conhecidos e anotados
3 para acompanhamento na Secretaria do Conselho Superior. **e) Relatório de**
4 **Acompanhamento de Estágio (Corregedoria). 71. Proc. 15581/2017.**
5 Interessado: Corregedoria. Promotor de Justiça: Nilceu Celso Garbim Jr.
6 Período: Outubro a Dezembro/2017. Decisão: Relatório conhecido pelo
7 Conselho Superior. Sem observações. **f) Relatório de Inspeção**
8 **(Corregedoria). 72. Proc. 14113/2017 (12500AD/2016) – 4 v.** Interessado:
9 Corregedoria. Promotor de Justiça: Henrique Hélder de Lima Pinho. Inspeção na
10 3ª PJ de Bacabal. Decisão: Relatório de inspeção conhecido pelo Conselho
11 Superior. Pelo arquivamento, face ao saneamento das irregularidades
12 apontadas. **g) PROCESSOS PARA JULGAMENTO: CONSELHEIRO Luiz**
13 **Gonzaga Martins Coelho. 73. Proc. nº 003167-500/2018.** Origem: PJ de São
14 João dos Patos. Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão. Objeto: Apurar
15 estrutura do Conselho Tutelar da cidade de São João dos Patos e fiscalizar os
16 trabalhos efetuados pelo conselheiros tutelares locais. Assunto: Arquivamento do
17 IC nº 10/2017. Ementa: Inquérito Civil nº 10/2017 SIMP nº 003167-500/2018.
18 Instaurado por meio da Portaria nº 13/2017 - PJSJP, para averiguação da
19 estrutura física do prédio onde funciona o Conselho Tutelar de São João dos
20 Patos, bem como para inspeção da forma de trabalho realizado pelo quadro de
21 pessoal do referido órgão, tendo em vista relatórios inconclusivos e a reiteração
22 de ofícios expedidos pelo investigado se negando a cumprir com seus deveres
23 em relação aos menores incapazes. Solicitação de informações via Ofícios.
24 Informações prestadas pelos órgãos demandados. Vistorias realizadas no local.
25 Recomendação expedida. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao
26 CSMP. Homologação do arquivamento, por unanimidade.
27 Enunciado nº 04/2004. **74. Proc. nº 003785-500/2018.** Origem: PJ de
28 Barreirinhas. Interessado(a): Guilherme Goulart Soares (substituto). Objeto:
29 Dano ambiental por desmatamento irregular no Povoado Mamorama. Assunto:
30 Arquivamento do IC nº 05/2012. Ementa: Inquérito Civil nº 05/2012-PJB SIMP nº
31 003785-500/2018. Inaugurado pela Portaria nº 19/2014, por conversão do
32 Procedimento Preparatório originário nº 05/2012, instaurado após recebimento
33 de Representação apresentada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente
34 (SEMA). Expedição de Ofícios requisitórios por Promotores de Justiça que
35 responderam pela Comarca de Barreirinhas. Informações prestadas pelos
36 órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao
37 CSMP. Homologação do arquivamento, por unanimidade.
38 Enunciado nº 04/2004. **CONSELHEIRA: Domingas de Jesus Froz Gomes. 75.**
39 **Proc. nº 6764/2017.** Origem: Procurador-Geral de Justiça. Objeto: Portaria
40 Reservada nº 01/2017-GPGJ. Assunto: Voto-vista. Decisão: Adiado, face à
41 ausência justificada da Conselheira Domingas de Jesus Fróz Gomes.
42 **CONSELHEIRA: Mariléa Campos dos Santos Costa. 76. Proc. nº 15695/2017.**
43 **Sindicância Processo 13331/2017. Portaria Reservada nº 26/2017-CGMP.**
44 Recurso ao Conselho Superior. Ementa: Sindicância. Originada por meio da
45 Portaria nº 26/2017-CGMP com objetivo de apurar condutas do Promotor de
46 Justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos acerca de eventual violação de dever
47 funcional, visto que o Representado teria proferido ofensas em desfavor dos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 Defensores Públicos e também da Defensoria Pública do Maranhão. Notificação
2 do Representante do Ministério Público em questão. Informações prestadas pelo
3 Sindicato. Relatório Conclusivo da Corregedoria-Geral do Ministério Público.
4 Recurso apresentado. Remessa dos Autos ao CSMP. Decidido, por
5 unanimidade, pela aplicação da pena de Advertência Escrita. **77. Proc. nº**
6 **004100-500/2018**. Origem: PJ de Barreirinhas. Interessado(a): Guilherme
7 Goulart Soares (substituto). Objeto: Fiscalização de abuso de emissão de ruídos
8 e averiguação de possíveis irregularidades quando à realização de festas, tráfico
9 de drogas nos eventos, ilegalidade nas licenças e presença de menores.
10 Assunto: Arquivamento do IC nº 03/2011. Ementa: Inquérito Civil nº 03/2011
11 SIMP nº 004100-500/2018. Originado por meio da Portaria nº 15/2014, a partir
12 de reclamações registradas na ata de audiência do "Fórum permanente de
13 defesa dos interesses coletivos de Barreirinhas", para fins de fiscalização em
14 relação a possíveis abusos de emissão de ruídos e averiguação de
15 irregularidades quanto à realização de festas, tráfico de drogas em eventos,
16 ilegalidades nas licenças e presença de menores. Solicitação de informações via
17 Ofícios. Informações prestadas pelos demandados. Recomendação expedida.
18 Termo de Ajustamento de Conduta celebrado. Promoção de Arquivamento.
19 Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação do arquivamento, por unanimidade.
20 Enunciado nº 04/2004. **78. Proc. nº 000055-006/2018**. Origem: PJ de
21 Cantanhede. Interessado(a): Tiago Carvalho Rohrr. Objeto: Apurar
22 movimentações financeiras atípicas de empresa. Assunto: Arquivamento do IC nº
23 11/2017. Ementa: Inquérito Civil nº 011/2017 SIMP nº 000055-006/2018.
24 Originado por meio de Portaria nº 025/2017, com objetivo de apurar
25 movimentações financeiras atípicas da empresa João Batista Viegas Júnior
26 Comércio – ME entre dezembro de 2008 e setembro de 2012. Solicitação de
27 informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados.
28 Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação do
29 arquivamento, por unanimidade. Enunciado nº 04/2004. **79. Proc. nº 003776-**
30 **500/2018 – 2 v.** Origem: PJ de Parnarama. Interessado(a): Nelson Nedes Ribeiro
31 Guimarães. Objeto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa na
32 execução do convênio nº 601/2005-SES. Assunto: Arquivamento do IC nº
33 02/2016. Ementa: Inquérito Civil nº 02/2016 SIMP nº 003776-500/2018.
34 Originado por meio da Portaria nº 02/2016 - PJP para acompanhamento e
35 fiscalização do Convênio nº 601/2005- SES, celebrado entre o município de
36 Parnarama e a Secretaria de Estado da Saúde, visando o apoio financeiro para
37 construção de Sistema de Abastecimento de D'água no povoado Paiol do
38 Centro, para melhoria da qualidade de vida da população, por meio de ações
39 governamentais de grande responsabilidade e alcance social, atendendo, assim,
40 os anseios da população, conforme Plano de Trabalho, Cronograma Físico e de
41 Desembolso. Diligências realizadas via Ofícios. Informações prestadas pelos
42 demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP.
43 Homologação do arquivamento, por unanimidade. Enunciado nº 04/2004. **80.**
44 **Proc. nº 000856-254/2015**. Origem: 1ª PJ de Caxias. Interessado(a): Francisco
45 de Assis da Silva Junior. Objeto: Acompanhamento de fiscalização de cunho
46 permanente do convênio nº 186/2012. Assunto: Arquivamento do IC nº 27/2017.
47 Ementa: Procedimento Administrativo nº 005/2014 SIMP nº 000856-254/2015.

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 Originado por meio da Portaria nº 07/2014 para acompanhamento e fiscalização
2 do Convênio nº 186/2012, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio do
3 Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte/DEINT, e a Prefeitura
4 Municipal de Aldeias Altas/MA, visando a execução dos serviços de
5 Melhoria de Estrada Vicinal, sede ao povoado Caranguejo. Diligências
6 realizadas via Ofícios. Informações prestadas pelos demandados. Promoção de
7 Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação do arquivamento,
8 por unanimidade. **CONSELHEIRA: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf 81.**
9 **Proc. nº 1022/2018.** Autorização para Afastamento. Objeto: Curso sobre
10 violência doméstica e familiar. Local: Sevilha na Espanha. Período: 09 a
11 16/03/2018. Ementa: Pedido de afastamento formulado pela Promotora de
12 Justiça Aline Matos Pires Ferreira, do período de 09 a 16.03.2018, visando
13 participar de curso sobre violência doméstica e crimes de gênero, a ser proferido
14 pela Internacional Experience e Universidade de Sevilha, na Espanha. Verifica-
15 se que o referido curso coaduna-se com a atuação da representante ministerial
16 solicitante, bem como é viável a substituição da requerente no período proposto,
17 sem prejuízo para a continuidade dos trabalhos na promotoria de justiça de
18 origem. portanto, não há óbice para o deferimento do afastamento nos moldes
19 formulados, sob a premissa de ser relevante e conveniente para a instituição.
20 Deferimento do pedido de afastamento, por unanimidade. **82. Proc. nº 001838-**
21 **500/2018.** Origem: PJ de São João dos Patos. Interessado(a): Renato Ighor
22 Vitorino Aragão. Objeto: Apurar existência de danos ao meio ambiente em razão
23 da prática de crime ambiental desmatamento ilegal. Assunto: Arquivamento do IC
24 nº 28/2017. Ementa: Inquérito civil. Instauração visando apurar existência de
25 danos ambientais. Desmatamento em torno de reservatório artificial de água.
26 Promoção de arquivamento. Área não é objeto de área de preservação
27 permanente (art. 4º da lei federal nº. 12.651/2012). Ausência de irregularidades.
28 Dano ambiental não comprovado. Não tendo sido comprovada nos autos a
29 existência de desmatamento em Área de Preservação Permanente, tampouco
30 constatada a ocorrência de dano ambiental, impõe-se a homologação do
31 arquivamento do inquérito civil. Homologação do arquivamento, por
32 unanimidade. **83. Proc. nº 002009-268/2016.** Origem: 1ª PJ de Chapadinha.
33 Interessado(a): Douglas Assunção Nojosa. Objeto: Apurar eventual contratação
34 de servidores ou empregados públicos de forma irregulares pelo município.
35 Assunto: Arquivamento do IC nº 001/2015. Ementa: Procedimento preparatório.
36 Instauração visando apurar denúncia de descumprimento de tac nº. 04/2013,
37 firmado com a prefeitura de chapadinha, para realização de concurso público e
38 nomeação de servidores efetivos. Promoção de arquivamento. Após diligências
39 ministeriais, não restou comprovada a denúncia inaugural, sobre o
40 descumprimento imotivado das cláusulas do tac, visto que convocados pela
41 municipalidade 317 candidatos aprovados no certame, dos quais 260 foram
42 efetivamente nomeados e empossados nos cargos efetivos, em cumprimento ao
43 termo proposto. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **84. Proc. nº**
44 **000231-272/2017.** Origem: 1ª PJ de Pinheiro. Interessado(a): Frederico Bianchini
45 Joviano dos Santos. Objeto: Apurar possível ato de improbidade administrativa
46 consistente em promoção pessoal praticada por meio de comunicação social.
47 Assunto: Arquivamento do PA nº 158/2016. Ementa: procedimento administrativo

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 instaurado para apuração de ato de improbidade administrativa consistente em
2 utilização de meio de comunicação para promoção pessoal do administrador
3 público. Matéria sujeita a investigação em sede de inquérito civil. Demonstração
4 do falecimento do investigado anterior a instauração do feito. Penas previstas na
5 lei nº. 8.429/92 são revestidas de caráter personalíssimo e, portanto,
6 intransferível, sendo possível apenas o ressarcimento aos cofres públicos, o que
7 não restou comprovado nos autos. Assim, a intransmissibilidade da sanção pela
8 prática de condutas tipificadas na lei de improbidade impede a subsistência
9 deste procedimento apuratório. Homologação do arquivamento, por
10 unanimidade. **85. Proc. nº 001007-500/2018 – 2.** Origem: PJ de São João dos
11 Patos. Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão. Objeto: Fiscalização da
12 prestação de contas do convênio nº 83/2005- CCFGTS. Assunto: Arquivamento
13 do IC nº 15/2016. Ementa: Inquérito civil. Ato de improbidade administrativa.
14 Convênio de repasse de recursos financeiros firmado entre o estado do
15 maranhão, por meio da secretaria de estado das cidades e desenvolvimento
16 urbano e município de são joão dos patos, para a construção de 50 (cinquenta)
17 casas populares. Aprovação com ressalvas das contas prestadas. Não
18 verificação de indícios de malversação de recursos públicos. Visita ao local
19 atestou a execução das obras. Ausência de justa causa à propositura de ação
20 civil pública. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **86. Proc. nº**
21 **002121-500/2018 - 3 v.** Origem: PJ de Dom Pedro. Interessado(a): Ariadne
22 Dantas Meneses. Objeto: Apurar possível atos de improbidade administrativa e
23 dano ao erário pela existência de recebimento de proventos sem prestação de
24 serviços. Assunto: Arquivamento do IC nº 28/2017. Ementa: Inquérito civil.
25 Instauração visando apurar possíveis atos de improbidade administrativa e dano
26 ao erário pela existência de recebimento de proventos por servidores que não
27 prestariam serviços à prefeitura de Gonçalves Dias. Constatação de
28 cadastramento equivocado de pessoa que, embora constasse do registro do
29 INSS, não era servidora pública municipal e não recebia salários da
30 administração pública. Ausência de prejuízo ao erário e inexistência de
31 elementos que configurassem ação dolosa de improbidade. Homologação do
32 arquivamento, por unanimidade. **PROCESSOS EXTRA-PAUTA 87. Proc. nº**
33 **001630-255/2016.** Origem: 3ª PJ de Açailândia. Interessado(a): Luciano
34 Henrique de Sosa Benigno. Objeto: Apurar a irregularidade em registro de
35 imóveis. Assunto: Diligência do IC nº 13/2014. Ementa: Inquérito civil.
36 Instauração para apurar a ausência de intérprete de libras no hospital municipal
37 de Açailândia. Viabilizada a capacitação de servidores do estabelecimento e da
38 secretaria de saúde municipal. Comprovação de realização do curso em libras.
39 Sanada a irregularidade. Ausência de justa causa para continuidade do presente
40 inquérito civil. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **88. Proc. nº**
41 **004085-500/2018.** Origem: PJ de Dom Pedro. Interessado(a): Ariadne Dantas
42 Meneses. Objeto: Instalação de torre de transmissão de internet no meio do
43 campo de futebol da escola Pedro I. Assunto: Arquivamento do IC nº 010/2016.
44 Ementa: Inquérito civil. Instauração visando averiguar a instalação de torre de
45 transmissão de internet no meio do campo de futebol da escola pedro i. Retirada
46 posterior da torre do local. Perda do objeto sob investigação. Inexistência de
47 elementos que configurassem ação dolosa de improbidade. Homologação do

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 arquivamento, por unanimidade. **89. Proc. nº 000228-267/2016.** Origem: 1ª
2 PJ de Santa Inês. Interessado(a): Sandro C. Lobato de Carvalho. Objeto:
3 Averiguar a ocorrência de possível atos de improbidade administrativa
4 decorrente do suposto abandono da ambulância UTI pertencente ao município.
5 Assunto: Arquivamento do IC nº 022/2016. Ementa: Inquérito civil. Instaurado de
6 ofício com o escopo de apurar notícia veiculada em meios de comunicação local,
7 dando conta de suposto abandono de ambulância pelo município de Santa Inês
8 em posto da cidade de Bacabeira. Promoção de arquivamento. Após diligências
9 realizadas pelo órgão ministerial, constatou-se que o veículo encontrava-se com
10 problemas mecânicos e foi devidamente removido do local para o município de
11 Santa Inês. Conduta dos agentes não evidenciada por má-fé ou culpa que revele
12 a presença de um comportamento que atente contra os princípios da
13 administração pública ou tenha por finalidade a prática de um ato proibido em lei,
14 portanto, não há de se falar em ato ímprobo. Homologação do arquivamento, por
15 unanimidade. **90. Proc. nº 003790-500/2018.** Origem: PJ de Barreirinha.
16 Interessado(a): Guilherme Goulart Soares. Objeto: Apurar irregularidade na
17 prestação do serviço de esgotamento sanitário em Barreirinha. Assunto:
18 Arquivamento do IC nº 032/2012. Ementa: Inquérito civil. Instaurado com o
19 escopo de apurar irregularidade na prestação do serviço de esgotamento
20 sanitário na cidade de Barreirinhas. Promoção de arquivamento. Requisição à
21 concessionária do serviço. Adoção de providências necessárias. Solução do
22 problema. Voto pela homologação da promoção de arquivamento, visto que
23 restou solucionada a problemática denunciada com a atuação ministerial, não
24 persistindo motivos para o prosseguimento da demanda. Homologação do
25 arquivamento, por unanimidade. **91. Proc. nº 001630-255/2016.** Origem: 3ª PJ
26 de Açailândia. Interessado(a): Luciano Henrique Sousa Benigno. Objeto: Apurar
27 a ausência de intérprete de libras no hospital municipal de Açailândia. Assunto:
28 Arquivamento do IC nº 003/2016. Ementa: Inquérito civil. Instauração para apurar
29 a ausência de intérprete de libras no hospital municipal de Açailândia. Viabilizada
30 a capacitação de servidores do estabelecimento e da secretaria de saúde
31 municipal. Comprovação de realização do curso em libras. Sanada a
32 irregularidade. Ausência de justa causa para continuidade do presente inquérito
33 civil. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **92. Proc. nº 000716-**
34 **500/2018 – 2 v.** Origem: PJ de Pio XII. Interessado(a): Thiago Lima Aguiar.
35 Objeto: Apurar instauração decorrente de representação com fundamento em
36 suposta irregularidade ocorrida em pregão presencial nº 003/2015. Assunto:
37 Arquivamento do IC nº 009/2018. Ementa: Inquérito civil. Direito administrativo.
38 Lei n. 8.666/93. Instauração decorrente de representação com fundamento em
39 suposta irregularidade ocorrida em pregão presencial nº. 003/2015, realizado
40 pela prefeitura de Pio XII. Promoção de arquivamento. Durante a fase instrutória,
41 vislumbrou-se que o pregão em comento fora revogado pela administração
42 municipal. Sabese que com a devida fundamentação, pode a administração
43 pública revogar seus próprios atos. Súmula 473 do STF e art. 49, da lei n.
44 8.666/93. Nesse contexto, o cancelamento do certame esvazia o objeto de
45 investigação destes autos. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **93.**
46 **Proc. nº 037242-500/2017 – 2 v.** Origem: PJ de Parnarama. Interessado(a):
47 Nelson Nedes Ribeiro Guimarães. Objeto: Apurar possível ato de improbidade

7
8
9

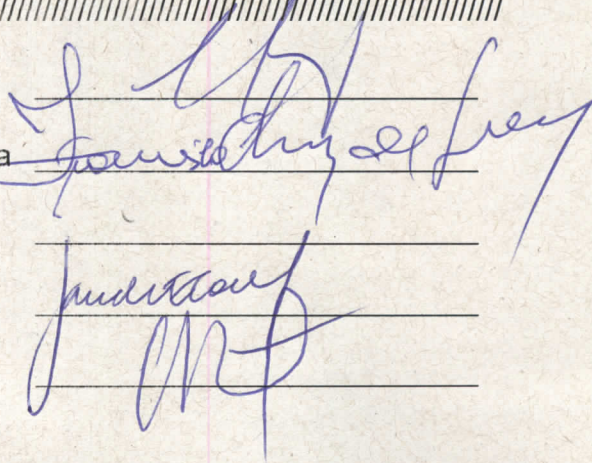


ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 administrativa na criação de Secretarias e Órgãos superiores do município.
 2 Assunto: Arquivamento do IC nº 07/2015. Ementa: Inquérito civil público.
 3 Instauração visando apurar possível ato de improbidade administrativa
 4 consistente na criação de secretarias e órgãos superiores no município de
 5 Parnarama. Promoção de arquivamento. Irregularidades não comprovadas após
 6 a realização de diligências por parte do parquet, visto que os órgãos foram
 7 instituídos e preenchidos seus cargos, com base em lei devidamente aprovada
 8 pelo parlamento municipal. Inexistência de provas que possam comprovar a
 9 prática de ato ímprobo. Homologação do arquivamento, por unanimidade. **94.**
 10 **Proc. nº 000599-267/2016 – 4 v.** Origem: 1ª PJ de Santa Inês. Interessado(a):
 11 Larissa Sócrates de Bastos. Objeto: Apurar irregularidades na construção de
 12 unidade básica de saúde no povoado Barro Vermelho no município. Assunto:
 13 Arquivamento do IC nº 046/2015. Ementa: Inquérito civil instaurado para
 14 apuração de irregularidades na construção de unidade básica de saúde no
 15 povoado barro vermelho no município de Santa Inês. Não verificação de indícios
 16 de malversação de recursos públicos. Visita ao local atestou a execução das
 17 obras. Detectadas irregularidades no procedimento licitatório. Ajuizamento de
 18 ação civil pública por ato de improbidade administrativa referentes aos mesmos
 19 fatos a partir de inquérito civil distinto. Coincidência de partes, objeto e pedido.
 20 Ausência de justa causa à propositura de ação civil pública. Homologação do
 21 arquivamento, por unanimidade. **CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva**
 22 **95. Proc. nº 000860-507/2014.** Origem: 3ª PJ de Paço do Lumiar.
 23 Interessado(a): Nadja Veloso Cerqueira. Objeto: Reclamações contra os correios
 24 pelo não atendimento aos moradores do loteamento Todos os Santos trazendo
 25 prejuízo aos moradores. Assunto: Arquivamento do IC nº 05/2014. Ementa:
 26 Inquérito Civil. Apurar falta de atendimento dos correios no loteamento todos os
 27 santos, município de paço do lumiar. Matéria tramitando em ação civil pública
 28 originada de inquérito civil anterior mais abrangente. Arquivamento homologado.
 29 Enunciado nº 11/2016. Nada mais havendo a tratar, eu, Sandra Lúcia Mendes
 30 Alves Elouf, Procuradora de Justiça e Secretária do Conselho Superior do
 31 Ministério Público, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada
 32 por todos os membros do Conselho Superior do Ministério Público. São Luís, 23
 33 de fevereiro de 2018.//

- 34
- 35 Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
- 36 Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa
- 37 Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa
- 38 Dra. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
- 39 Dr. Carlos Jorge Avelar Silva



7
8
9